ISSN: 2358-8829

A ABORDAGEM DA TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO: OPÇÕES, SILENCIAMENTOS E POSSIBILIDADES

José Cordeiro dos Santos Neto [1]

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por escopo a análise do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Finais, a partir dos organizadores curriculares de História e de História de Pernambuco, buscando compreender os silenciamentos e as possibilidades na abordagem historiográfica sobre os povos indígenas. O estudo parte do reconhecimento dos avanços nas produções de historiadores e antropólogos acerca do protagonismo indígena, das transformações identitárias e das dinâmicas culturais, bem como da necessidade de compreender como essas discussões são incorporadas aos documentos que orientam o ensino de História.

Para desenvolver essa abordagem, buscamos, a partir de uma perspectiva dialógica e interdisciplinar entre pesquisas de historiadores e antropólogos, compreender como os diversos grupos indígenas participaram de episódios históricos. Nessa perspectiva, o estudo também busca compreender as motivações que levaram os indígenas a estabelecerem suas relações e escolhas, bem como de que modo essas dinâmicas possibilitaram mudanças nas tradições e culturas, decorrentes dos processos de contato e mistura aos quais estiveram submetidos.

O objetivo deste trabalho é compreender os silenciamentos e as possibilidades presentes no Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Finais, no que se refere à abordagem da História e Cultura Indígena. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, utilizando as produções de historiadores e antropólogos e a análise dos organizadores curriculares de História e de História de Pernambuco. Como referência para a interpretação dos dados,

[1] Especialista em Educação, Protagonismo e Propósito de Vida, UCB/DF, professor de História pela Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE/PE) jose.csneto@professor.educacao.pe.gov.br.

recorremos às contribuições de Jacques Revel, especialmente à perspectiva dos jogos de escala, buscando relacionar as experiências dos diferentes grupos indígenas à forma como são incorporadas ao currículo.

Por fim, a pesquisa busca identificar como os povos indígenas são apresentados nos diferentes períodos históricos, considerando suas experiências, estratégias de participação política e transformações identitárias, de modo a evidenciar os limites e as possibilidades presentes no documento curricular para o reconhecimento desses povos como sujeitos históricos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental, a partir do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Finais e bibliográfico, com olhar para as produções de historiadores e antropólogos sobre a protagonismo indígena, transformações identitárias e o ensino da história e cultura indígena. A abordagem qualitativa buscará compreender os silenciamentos e possibilidades na abordagem do protagonismo indígena na História do Brasil, possibilitando uma análise das escolhas e intencionalidades presentes na construção do organizador curricular.

Para a concretização desta pesquisa, utilizamos como instrumento para a coleta de dados a análise documental e um levantamento bibliográfico. Na primeira etapa, foi realizado um levantamento das produções de historiadores e antropólogos que discutiram as transformações identitárias e o protagonismo dos povos indígenas, em diversos períodos da História do Brasil. As contribuições da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, a partir dos seus estudos sobre estratégias e protagonismo dos povos indígenas, e do Antropólogo João Pacheco de Oliveira, sobre transformações e formação das identidades indígenas, foram fundamentais nessa etapa.

Posteriormente, o estudo procedeu com uma análise do Currículo de Pernambuco, com foco nos organizadores curriculares de História e de História de Pernambuco, buscando identificar como os indígenas foram retratados nos diversos períodos da História do Brasil. Para isso, foram considerados os objetos de conhecimento e as habilidades propostas para o componente curricular de História nos Anos Finais do

ISSN: 2358-8829

Ensino Fundamental. Para dialogar com essa análise, as contribuições de Edson Silva e Maria da Penha da Silva, possibilitaram a articulação entre o documento analisado e a produção historiográfica sobre o ensino de História Indígena.

Como procedimento de análise e interpretação dos dados, a partir das contribuições de Jacques Revel, na obra Jogos de Escala, buscamos compreender como os diferentes grupos indígenas participaram de eventos históricos (microanálise), para a partir dessas experiências perceber como elas aparecem ou são silenciadas no Currículo de Pernambuco. Essa variação de escala permitiu uma articulação entre a compreensão das experiências indígenas nas lutas políticas com a forma como essas são incorporadas no currículo, evidenciando os limites e as possibilidades na abordagem da temática indígena no ensino de História.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2010, ao lançar a obra Os índios na História do Brasil, a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida reforçou a necessidade de ampliar as produções relacionadas aos povos indígenas, destacando um movimento de saída dos bastidores para o palco, com a possibilidade de analisar os aldeamentos sob a ótica dos interesses dos indígenas aldeados (ALMEIDA, 2010). Mais de uma década se passou, e diversas produções abordando os aspectos da participação política indígena foram surgindo, bem como as metamorfoses culturais às quais esses povos foram submetidos nos processos de contato e mistura com os não indígenas, beneficiadas pelas mudanças na compreensão dos antropólogos acerca dos conceitos de cultura e aculturação.

Essas mudanças de perspectiva na forma como a historiografia e a antropologia retratam os povos indígenas contribuíram para questionar interpretações que concebiam esses povos a partir de identidades fixas.

Partimos agora para um olhar sobre algumas produções que, utilizando-se dessas contribuições, buscaram demonstrar a participação dos povos indígenas em diversos episódios da historiografia brasileira.

Maria Regina Celestino de Almeida, ao analisar os processos de contato, mistura e transformações identitárias nas aldeias do Rio de Janeiro, destaca que, ao longo do processo de vivência das dinâmicas do mundo colonial, os indígenas “desenvolveram

ISSN: 2358-8829

suas próprias formas de compreensão sobre a nova realidade na qual se inseriam, sobre os direitos que lhes haviam sido concedidos e sobre as possibilidades de ação para obtê-los" (ALMEIDA, 2013, p. 209). Essas ações formam o que João Pacheco identifica como formação de uma identidade própria, com a instituição de mecanismos para a tomada de decisão e de representação (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

José Cordeiro, ao propor um estudo sobre a formação do Aldeamento do Ipanema (1650-1760), em Águas Belas, Pernambuco, destacou que "os Carnijó buscaram seus interesses, lutaram por seus direitos e construíram suas alianças, a partir das compreensões que eles desenvolveram da realidade em que estavam inseridos, sendo personagens ativos de suas vidas" (SANTOS NETO, 2022, p. 20).

Mariana Dantas, ao analisar a participação dos indígenas da Aldeia de Barreiros, em Pernambuco, na Cabanada (1832-1835), demonstrou que a atuação ocorreu a partir dos interesses do líder do aldeamento, Agostinho José Pessoa Panaxo Arcoverde (DANTAS, 2018).

É importante destacar que, mesmo com os avanços, a historiografia ainda apresenta traços da invisibilidade à qual os povos indígenas foram submetidos no século XIX, com documentações que os retratavam como *índios não puros*. Passados mais de um século, ainda que novas concepções antropológicas sobre identidades e culturas predominem nos dias atuais, abandonando ideias de categorias rígidas, ainda persistem concepções que defendem a extinção dos direitos dos povos indígenas sob o argumento de que teriam abandonado suas tradições e culturas ao viverem como não indígenas. Dessa forma, o debate sobre as identidades dos povos indígenas, suas trajetórias, culturas, direitos, lutas e conquistas torna-se atual, necessário e relevante.

Para o ensino de História na Educação Básica, o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos, bem como a compreensão de suas diferentes trajetórias, estratégias e características se constitui como um desafio. Por isso, é necessário que os avanços produzidos na historiografia alcancem os currículos, os livros didáticos e as práticas pedagógicas.

Dessa forma, os diversos estudos realizados nos últimos anos, juntamente com os esforços dos povos indígenas, devem possibilitar que a Lei nº 11.645/08, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que incluiu no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas e privadas, torne-se realidade.

ISSN: 2358-8829

Destacamos, porém que, mesmo diante dos avanços, ainda existe a necessidade de reforçar iniciativas para promover uma história indígena a partir da realidade desses povos, visto que são inúmeras as histórias que foram silenciados, esquecidos ou narrados a partir de visões eurocêntricas e não indígenas.

No campo do ensino, a bibliografia utilizada nas escolas é, em grande medida, baseada nas narrativas dos conquistadores, com destaque para relatos sobre a escravidão, a catequese e a cooperação dos povos indígenas com a colonização. O olhar sobre os povos indígenas, presente em grande parte dos livros didáticos, reforça a compreensão de que eles "pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses" (ALMEIDA, 2010, p. 13). Para além dessas visões, os livros didáticos ainda contribuem para a sensação de invisibilidade e inexpressividade dos indígenas no século XIX, frequentemente omitindo suas atuações nas lutas políticas ao longo dos anos 1800.

> Contudo o alcance desses avanços ainda não foi suficiente para redirecionar um ensino de História e uma escrita didática que comporte uma história dos povos indígenas vista pela sua própria ótica e auto validade, pelo peso histórico de sua presença na construção social brasileira. As normativas são contemporâneas porém a perspectiva historiográfica é eurocêntrica (MACIEL, 2020, p. 146).

Essa contradição evidencia que a existência de dispositivos legais que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da temática indígena não garante, por si só, a superação das perspectivas historiográficas tradicionais. Torna-se necessário, portanto, observar como essas orientações são incorporadas aos documentos que organizam os currículos escolares e quais concepções de História orientam a seleção dos conhecimentos apresentados aos estudantes.

Segundo Sandra Oliveira e Flávia Caimi (2021), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de História no Ensino Fundamental Anos Finais, retorna a uma tradição historiográfica que privilegia a abordagem cronológica, linear, eurocêntrica e quadripartite, ofertando aos povos indígenas, africanos e afrodescendentes um lugar de apêndice, característico da história ocidental. Para Adriana Ralejo, Rafaela Melo e Mariana Amorim (2021), o documento mantém as marcas do eurocentrismo.

O Currículo de Pernambuco, baseado na BNCC, também é caracterizado por uma estrutura que privilegia o eurocentrismo, sem apresentar avanços para uma abordagem que possibilite reconhecer o papel dos povos indígenas na História do Brasil.

ISSN: 2358-8829

As análises dos documentos curriculares e dos livros didáticos, possibilita problematizar os silenciamentos produzidos, pois não avançam para uma historiografia que questiona concepções deterministas sobre o papel e o lugar dos povos indígenas. Diante disso, é necessário "repensar a História, superar equívocos, [re]conhecer os significados das sociodiversidades indígenas em nosso país" (Silva, E.; Vilela; Silva, M.P., 2018, p. 150).

Dessa forma, percebemos a necessidade de fortalecer os debates historiográficos sobre o tema e levá-los às escolas de ensino básico, possibilitando aos estudantes a compreensão das estratégias indígenas de participação nas lutas políticas e na defesa de seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1, podemos observar a quantidade de vezes que os objetos de conhecimento do Currículo de Pernambuco se relacionam aos povos indígenas.

Tabela 1: Incidência dos povos indígenas no Currículo de Pernambuco

	Citações diretas aos Indígenas	Citações indiretas aos Indígenas
Protagonismo indígena	8	2
Em função de outros povos	4	5

Fonte: Elaborada pelo autor, 2026.

Ao observar o lugar que o Currículo de Pernambuco estabelece para os povos indígenas, identificamos 19 objetos de conhecimento com referências diretas ou indiretas à temática indígena, sendo 12 referências diretas e 7 indiretas. Desse conjunto, em 10 ocorrências os povos indígenas aparecem como protagonistas de sua própria história, enquanto em 9 são abordados em função de outros povos ou processos históricos. Esses dados demonstram que o documento estadual amplia as possibilidades de abordagem da História Indígena, não apenas pela presença explícita desses sujeitos, mas também pela inserção de conteúdos que permitem estabelecer relações com diferentes experiências históricas. Entretanto, a distribuição identificada revela que ainda existem abordagens nas

quais os povos indígenas aparecem vinculados a acontecimentos mais amplos, o que nos permite questionar em que medida o currículo reconhece suas experiências, escolhas e formas de atuação como elementos centrais da narrativa histórica. Essa análise ganha ainda mais relevância quando consideramos as alterações e inclusões realizadas pelo documento estadual em relação à BNCC, bem como as habilidades propostas para o desenvolvimento dessas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Currículo de Pernambuco (2019) permitiu identificar avanços na abordagem da História e Cultura Indígena, especialmente quando comparado à BNCC, por meio da alteração de objetos de conhecimento e da inclusão de novas propostas de aprendizagem. A ampliação das referências aos povos indígenas, tanto nos objetos de conhecimento quanto nas habilidades, demonstra uma preocupação do documento estadual em inserir esses sujeitos em diferentes contextos e processos históricos. Entretanto, os dados também revelam que a presença da temática indígena não significa, necessariamente, o reconhecimento de seu protagonismo em todas as abordagens, uma vez que ainda são identificadas perspectivas que os apresentam em função de outros povos ou acontecimentos. Além disso, a permanência de uma organização histórica cronológica e de marcas eurocêntricas evidencia os limites das mudanças propostas. Desse modo, compreendemos que o Currículo de Pernambuco apresenta possibilidades para o desenvolvimento de um ensino de História que reconheça a diversidade, as experiências e as formas de atuação dos povos indígenas, mas também mantém continuidades que precisam ser problematizadas. Nesse sentido, torna-se fundamental que as orientações curriculares sejam acompanhadas de práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo indígena, suas escolhas, resistências e transformações históricas, contribuindo para superar narrativas estereotipadas e silenciamentos ainda presentes no ensino de História.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

_____. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817 – 1848.** Rio de Janeiro: 2018, Arquivo Nacional, 2018.

MACIEL, Joselene dos Santos. **O ensino de História sobre os povos indígenas no Brasil: legislação, escrita escolar e prática pedagógica (2015-2018).** 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sTMcykZgTNYBcFYn7f3L94C/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 maio. 2026.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 maio. 2026.

SANTOS NETO, José Cordeiro. **Disputas, mistura e transformações identitárias: O processo de formação do Lugar de Águas Belas e do Aldeamento dos Carnijó, em Pernambuco, entre as décadas de 1650 e 1760.** 2022. Artigo (Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Edson; VILELA, Márcio Ananias Ferreira; SILVA, Maria da Penha da. Povos Indígenas no Ensino de História: A Lei nº 11.645/2008 interculturalizando o Ensino Fundamental. In: CAVALCANTI, Erinaldo. Et al. **História: demandas e desafios do tempo presente. Produção acadêmica, ensino de História e formação docente.** São Luís: EDUFMA, 2018. p.134-155.